

Exmo. Senhor Presidente da Comissão
da Comissão de Orçamento e Finanças

Deputado Filipe Neto Brandão

ASSUNTO: Requerimento para audição do Sr. Ministro das Finanças e convite para audição de Joaquim Morão e Helena Bicho

Exmo. Sr. Presidente,

Foi recentemente noticiado que Fernando Medina, actual Ministro das Finanças, é suspeito de abuso de poder e de participação económica em negócio durante o período em que foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, estando para breve a sua constituição como arguido no âmbito do referido processo.

Segundo o que foi noticiado pela TVI/ CNN, o processo diz respeito à contratação de Joaquim Morão para prestar serviços de consultoria e apoio técnico na gestão de projectos e obras municipais. Estes serviços terão sido prestados entre os anos de 2015 e 2016, sendo que o primeiro contrato teve um valor de 22.550 euros (mais IVA) e o segundo contrato de 73.788 euros (mais IVA).

Acontece que, uma vez mais segundo o noticiado, Joaquim Morão terá denunciado Fernando Medina, alegadamente por este lhe ter solicitado apoio à fraude no processo de contratação pública.

Segundo o Diário de Notícias "(...) em investigação do Ministério Público estará um caso de angariação de dinheiro em obras públicas, com subornos de empreiteiros para o financiamento ilícito do PS, através dos chamados "sacos azuis". A contratação de Morão fez-se, acredita o MP, através de um esquema de convites fictícios a duas empresas de amigos do histórico socialista, de forma a garantir que a recomendação do Tribunal de Contas para que fosse feita uma auscultação pública antes de avançar com a contratação pública desse o resultado pretendido."¹

¹ <https://www.dn.pt/politica/caso-das-buscas-na-cml-medina-vai-ser-constituído-arguido-15874891.html>

Segundo a TVI/CNN “a auscultação ao mercado foi apenas simulada, e, portanto, fraudulenta. Fizeram-no de forma flagrante, com convites fictícios a duas sociedades de um amigo de Morão em Castelo Branco, que nunca tinham sequer tido qualquer atividade relacionada com obras públicas. Uma delas, a Remir, tinha apenas celebrado na sua história um contrato público, no valor de 33 mil euros, precisamente com a mulher de Joaquim Morão enquanto gerente da Misericórdia de Idanha-a-Nova.”²

Por outro lado, Helena Bicho, diretora municipal de projetos e obras, aparece nas notícias como tendo sido a pessoa que indicou aquelas três empresas. Acontece que a referida funcionária afirma que apenas indicou aquelas empresas porque recebeu ordens superiores nesse sentido.

Fernando Medina, num primeiro momento, assumiu toda a responsabilidade pela contratação de Joaquim Morão, actualmente e após as últimas notícias, rejeitou qualquer prática ilegal.

Entende o Grupo Parlamentar do CHEGA que, tratando-se de dinheiro público e do exercício de cargos públicos, o esclarecimento cabal sobre esta situação é necessário e urgente, sendo que há suspeita da prática de actos criminosos por parte do actual Ministro das Finanças, que colocam em causa a sua idoneidade para o exercício do cargo que desempenha.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição urgente do Ministro das Finanças - Fernando Medina -, e que sejam tomadas as diligências necessárias para que seja remetido convite a Helena Bicho e Luís Morão para que, caso assim entendam, possam também ser ouvidos na COF.

Palácio de S. Bento, 21 de Fevereiro de 2023

Os Deputados do GPCH,

Rui Afonso

Filipe Melo

² <https://cnnportugal.iol.pt/fernando-medina/medina/investigacao-tvi-medina-denunciado-por-ligacao-a-fraude-vai-ser-constituído-arguido/20230220/63f3d3480cf2665294d6825d>